



29 DE AGOSTO DE 2018

Quarta-feira

- SINDICATOS APROVAM EM CONVENÇÕES COLETIVAS VOLTA DA OBRIGATORIEDADE DAS HOMOLOGAÇÕES
- "REFORMA TRABALHISTA: POR QUE ELA ESTÁ NO DISCURSO DE TODOS OS CANDIDATOS?"
- TRTs IGNORAM REFORMA TRABALHISTA E REAJUSTAM PROCESSOS ACIMA DA INFLAÇÃO
- LATAM DISPENSA 1,2 MIL FUNCIONÁRIOS EM GUARULHOS E GALEÃO APÓS TERCEIRIZAÇÃO
- GOVERNO NOMEIA NOVO TITULAR DA SECRETARIA DO TRABALHO PARA REGISTRO SINDICAL
- MINISTRO DEFENDE POLÍCIA INTERNACIONAL PARA COMBATER CONTRABANDO NAS AMÉRICAS
- ÍNDICE DE CONFIANÇA DO CONSUMIDOR SOBE E É O MELHOR EM MAIS DE 2 ANOS, DIZ CNI
- "EFICIÊNCIA E COMPETITIVIDADE: O QUE O SETOR PRODUTIVO QUER PARA O PARANÁ DO FUTURO"
- INDÚSTRIA VAI REGISTRAR QUEDA DE 1,7% EM JULHO, SEGUNDO IPEA
- INDICADOR DE INCERTEZA CAI EM AGOSTO MAS SEGUE ELEVADO
- PREÇOS DE PRODUTOS NA 'PORTA DA FÁBRICA' SOBEM 1,13% EM JULHO, DIZ IBGE
- CONFIANÇA DE SERVIÇOS TEM EM AGOSTO MAIOR NÍVEL EM 4 MESES E INDICA RECUPERAÇÃO, DIZ FGV
- APÓS TRÊS MESES NEGATIVOS, EMPREGO NA INDÚSTRIA ELÉTRICA PARA DE CAIR
- FATURAMENTO DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS CRESCE 10,6% EM JULHO, DIZ ABIMAQ

- ABIMAQ PREVÊ EXPORTAÇÕES DE 2018 PRÓXIMAS DE MÁXIMA HISTÓRICA
- STARTUPS BRASILEIRAS FAZEM FUSÕES PARA ACELERAR CRESCIMENTO
- COMO A ERGONOMIA PODE IMPACTAR NOS EVENTOS DO eSOCIAL?
- SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO: 5 FATORES DE RISCO NA TRANSMISSÃO DE DADOS PARA O eSOCIAL
- ABIMAQ DEFENDE ESTABILIDADE PARA O CÂMBIO
- PARA BRADESCO, NÍVEL DA MOEDA ESTÁ INADEQUADO
- DÓLAR ATINGE R\$ 4,14 E JÁ AFETA PREÇOS DE ALIMENTOS
- JUROS DO CARTÃO DE CRÉDITO ROTATIVO E DO CHEQUE ESPECIAL RECUAM EM JULHO, DIZ BANCO CENTRAL
- IMPORTADORAS DE DIESEL AMEAÇAM ABANDONAR MERCADO
- CAMINHÕES ESPERAM EM MÉDIA 3H20 EM FILAS PARA FAZER ENTREGAS NA GRANDE SP
- TOYOTA ELEVA APOSTA EM CARROS AUTÔNOMOS COM INVESTIMENTO NA UBER
- LIBRELATO PREVÊ MERCADO DE IMPLEMENTOS 20% MAIOR EM 2019
- CARROS ELETRIFICADOS PAGAM 30% EM IMPOSTOS NO BRASIL
- VOLKSWAGEN QUER ATUAR NO TRANSPORTE COMPARTILHADO
- FABRICANTES BRASILEIRAS DE IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS VOLTAM AO PERU
- ROTA 2030 É POUCO INCLUSIVO E NÃO TERÁ IMPACTO NO CURTO PRAZO
- COBRE RECUA E APAGA GANHOS RECENTES, PRESSIONADO POR FORÇA DO DÓLAR

CÂMBIO		
EM 29/08/2018		
	Compra	Venda
Dólar	4,127	4,127
Euro	4,827	4,829

Fonte: BACEN

Sindicatos aprovam em convenções coletivas volta da obrigatoriedade das homologações

29/08/2018 – Fonte: G1

Em alguns casos, sindicatos estão estipulando multas e taxas para fazer homologação.

Quase um ano após a nova lei trabalhista entrar em vigor no Brasil, uma parte dos sindicatos está retomando a obrigatoriedade de que os trabalhadores façam a homologação nas sedes sindicais dos trabalhadores.

A volta da obrigatoriedade da homologação tem sido acordada nas convenções coletivas e, portanto, tem o aval tanto dos sindicatos dos trabalhadores como dos patronais.

A nova lei trabalhista deu aos funcionários desligados a opção de realizar a homologação diretamente com a empresa e obrigou sindicatos a reverem ponto a ponto as convenções porque acabou com a chamada ultratividade. Até então, benefícios adquiridos e decisões eram automaticamente renovados.

Como pano de fundo para essa movimentação dos sindicatos, há duas justificativas, segundo analistas. Primeiro, as entidades sindicais querem se fazer presentes para o trabalhador diante do receio de perda de relevância com a nova legislação trabalhista. Segundo, alguns sindicatos estão cobrando taxas das entidades patronais para fazer a homologação e, portanto, buscando uma nova fonte de receita para compensar o fim do imposto sindical.

"Com o risco de serem esquecidos, alguns sindicatos estão brigando pela homologação para tentar se manter presentes de alguma forma na sua base", afirma o advogado Jurandir Zangari Junior, sócio do escritório Zangari Advogados.



Com nova lei trabalhista, sindicatos tiveram de rever as convenções ponto a ponto (Foto: Divulgação/Sindicato dos Metalúrgicos de São José)

No aspecto jurídico, os analistas não enxergam uma ilegalidade no retorno da obrigatoriedade das homologações nas sedes dos sindicatos. A nova legislação determinou, por exemplo, que o negociado entre patrão e trabalhadores pode prevalecer sobre o que determina a lei trabalhista. O que se discute, no entanto, é a validade da taxa cobrada para realizar o processo.

"Há dúvida se essa cobrança pode ser feita. Se a homologação for obrigatória por força de convenção coletiva e não existir outra opção para o trabalhador, a cobrança se torna abusiva", afirma o coordenador do Insper Direito, Rodrigo Rebouças.

A cobrança só se torna legal, segundo Rebouças, se o funcionário, as empresas e os sindicatos considerarem a homologação apenas como uma das opções possíveis, mantendo como alternativa a dispensa de homologação na sede do sindicato.

Mais taxas e multas

O sindicato dos trabalhadores do comércio hoteleiro e de restaurantes de Bauru, no interior de São Paulo, conseguiu aprovar a obrigatoriedade da homologação e colocou na convenção

uma decisão que dá direito ao funcionário de receber 30% do valor líquido das verbas rescisórias caso a homologação não seja realizada no sindicato.

"A nossa intenção não é burocratizar, mas trazer a segurança para o trabalhador de que ele vai ter seus direitos respeitados. Há uma rotatividade muito grande dos trabalhadores dentro das empresas do setor", afirma Daniel Roffin, vice-presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiros, Restaurante e Bares de Bauru e região.



Metalúrgicos de Guarulhos também devem lutar por homologação no sindicato (Foto: Divulgação/Sindicato dos Metalúrgicos)

Os trabalhadores da indústria de vidro de São Paulo também definiram a obrigatoriedade da homologação na sede do sindicato e estabeleceram a cobrança de uma taxa de R\$ 45 das empresas para cada processo de desligamento. A medida está em vigor desde o fim do ano passado.

Com a convenção válida até 31 de outubro, os metalúrgicos de Guarulhos vão partir para a primeira negociação com a nova legislação trabalhista também pedindo a obrigatoriedade da homologação de contratos de trabalho na sede dos sindicatos.

"A nossa campanha começa em setembro e este item estará incluso nas nossas reivindicações", afirma o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, Josinaldo José de Barros. "Nem todas as empresas fazem o pagamento correto. É preciso ajudar o trabalhador."

Reforma gerou impasses

A reforma trabalhista gerou uma série de impasses jurídicos. O mais recente envolveu a cobrança do imposto sindical. A contribuição equivale ao salário de um dia de trabalho, retirado anualmente na remuneração do empregado para manutenção do sindicato de sua categoria.

Os sindicatos defendiam a manutenção da cobrança se ela fosse aprovada em convenção coletiva. Em junho, no entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou a tese dos trabalhadores. Ao todo, foram analisadas 19 ações sobre o tema.

"Reforma trabalhista: por que ela está no discurso de todos os candidatos?"

29/08/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 28-08-2018)

Para que sejam aprovadas e tenham força de lei, propostas de alteração ou revogação feitas por presidentiáveis precisam ser discutidas e votadas nas duas casas do Congresso Nacional

Uma das ações do governo Michel Temer mais atacadas pelos presidentiáveis é a reforma trabalhista, sancionada pelo presidente em novembro do ano passado. Criticada pela oposição, o assunto é explorado na campanha de candidatos que condenam o atual governo. Mas também faz parte do discurso dos que a aprovam e fazem questão de afirmar que irão melhorá-la.

Ciro Gomes (PDT), Guilherme Boulos (PSOL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendem tanto em seus planos de governo como em discursos que as novas leis trabalhistas

devem ser revogadas. Mas, para tanto, precisariam de amplo apoio do Congresso Nacional.

Ciro ataca a forma como a reforma foi feita. Ele diz que pretende anular as mudanças feitas e então rediscutir o tema com empresários, trabalhadores, universidades e entes internacionais. Um ponto interessante é que sua vice Kátia Abreu disse, em um evento em Guarulhos, no dia 20 de agosto, que não apoia a revogação de toda a lei, mas apenas alguns pontos. No dia seguinte, questionado por jornalistas, o pedetista garantiu que mantém a intenção de revogação da lei e que é normal divergência de pensamentos entre presidenciáveis e vices.

Boulos coloca como necessidade imediata a revogação da reforma trabalhista em seu plano de governo, pois, segundo o projeto, "as alterações na legislação trabalhista e nas formas de contratação, a exemplo da terceirização, do trabalho temporário, em tempo parcial, do contrato intermitente, aumentam a incerteza e a vulnerabilidade do trabalhador, dificultando a criação de identidade coletiva de classe e sua capacidade de ação coletiva". O candidato pretende concretizar a revogação por consulta popular.

Lula classifica a reforma trabalhista como "legado do arbítrio", em seu plano de governo, onde também sugere a revogação por meio do Congresso e apreciação do texto final por consulta popular. Dentro do "Referendo Revogatório", ele também coloca como ponto a ser revogado o teto de gastos públicos, instituído pela aprovação da PEC 55.

Marina Silva (Rede) critica partes específicas da nova lei e defende mudanças pontuais da norma, como o trabalho intermitente e o não afastamento de gestantes e lactantes de locais de trabalho insalubres. O antigo texto não permitia o contrato de período intermitente, que é aquele em que o próprio funcionário faz a gestão de seu período remunerado de trabalho. Antes da reforma o contratante devia também pagar o tempo de disponibilidade do empregado e o empregado não poderia ter vínculo com diversos contratantes.

Outros candidatos veem na desburocratização das relações de trabalho uma oportunidade para geração de renda e emprego no país. É o caso de Jair Bolsonaro (PSL), Henrique Meirelles (MDB), Geraldo Alckmin (PSDB) e João Amoêdo (Novo).

Alckmin aponta que a nova lei é um grande avanço para a democracia, mas defende a revogação de um único ponto. Assim como Marina, o tucano quer revisar o ponto que joga para mulheres grávidas ou lactantes a responsabilidade do afastamento do trabalho por insalubridade.

Pela nova lei, apenas as mulheres expostas a um grau máximo de insalubridade serão afastadas de imediato. Para os demais casos, é preciso de um atestado médico para ter direito ao afastamento. Esse ponto seria revisto na medida provisória proposta por Temer, mas o Congresso deixou a MP caducar sem votá-la.

DESEJOS PARA O BRASIL: Economia rica e competitiva

Meirelles, que foi ministro da Fazenda na gestão Temer, faz questão de ressaltar em seu discurso os avanços da nova lei trabalhista. Ele acredita que as antigas leis não estavam atendendo as relações de trabalho dos dias de hoje. Para o emedebista, esse novo cenário vai possibilitar a entrada de mais jovens no mercado de trabalho.

Para Amoêdo, a lei ainda pode ser melhorada. O candidato afirma que, se eleito, tornará ainda mais flexíveis as relações de trabalho em todos os setores, pois acredita que quanto maior é a interferência do Estado nessas relações, mais a sociedade é penalizada como um todo.

Bolsonaro, que votou a favor da reforma quando deputado federal, também defende a lei. Ele costuma repetir em entrevistas, o que diz ter ouvido de empresários: "os trabalhadores devem escolher entre ter mais direitos e menos empregos, ou mais empregos e menos direitos". Também defende uma relação de emprego como a norte americana, onde empregador e empregado podem negociar diretamente termos de negociação, sem interferência de representantes de classe.

"Todo jovem que ingresse no mercado de trabalho poderá escolher entre um vínculo empregatício baseado na carteira de trabalho tradicional [azul] – mantendo o ordenamento jurídico atual –, ou uma carteira de trabalho verde e amarela [onde o contrato individual prevalece sobre a CLT, mantendo todos os direitos constitucionais]", assim coloca em seu plano de governo.

DESEJOS PARA O BRASIL: Mais espaço para a iniciativa privada
Nova reforma?

Segundo André Tesser, professor de Direito Trabalhista e doutor pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), muito desse discurso sobre a reforma trabalhista é bravata política de campanha. Principalmente porque para alterar qualquer lei, o presidente precisa do apoio do Congresso. "É importante lembrar que nosso processo legislativo tem uma forma. Existe todo um caminho para alteração de uma lei. Um presidente não pode assumir e revogar qualquer norma apenas pela sua vontade. Precisa que a Senado e a Câmara queiram a mesma coisa", esclarece.

TRTs ignoram reforma trabalhista e reajustam processos acima da inflação

29/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Apesar de lei determinar uso da TR, grandes tribunais, como os de SP e MG, já aplicaram IPCA-E

Os maiores TRTs (Tribunais Regionais do Trabalho) do país ignoram a nova CLT, a Consolidação das Leis do Trabalho, na correção de dívidas trabalhistas e aplicam um índice mais vantajoso para os empregados.

Dos 24 TRTs (Tribunais Regionais do Trabalho), ao menos sete neste ano já contrariaram a reforma trabalhista, em vigor desde novembro de 2017.

Decisões dessas cortes corrigiram passivos, como horas extras, com o IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial), uma derivação do índice oficial de inflação. A nova lei estabeleceu a atualização dessas dívidas, enquanto os processos correm na Justiça do Trabalho, pela TR (Taxa Referencial), usada para remunerar a poupança.

Enquanto a TR ficou perto de 0% no acumulado de 12 meses até julho de 2018, o IPCA-E, medido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), teve alta de 3,68% no mesmo período. Às ações trabalhistas ainda são somados juros de mora de 1% ao mês.

O uso do IPCA-E se fundamenta em uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), de 2015. A corte determinou sua aplicação na atualização de precatórios --dívidas públicas de municípios, estados e União em ações judiciais.

"Como um julgamento de precatórios pode servir de precedente para um débito trabalhista?", questiona Cleber Venditti, advogado trabalhista e sócio do escritório Mattos Filho.

Embora a TR tenha sido criada em 1991, durante o governo Fernando Collor, e hoje esteja em desuso em razão de uma nova realidade econômica, Venditti critica os critérios atuais de correção.

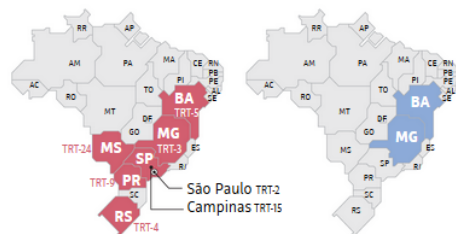
Tribunais pelo país adotam IPCA-E na correção de débitos trabalhistas

Mesmo com a reforma, sete dos 24 tribunais do trabalho do país aplicam **correções de débitos com base no IPCA-E**, que é maior do que a TR

Em dois, há decisões conflitantes

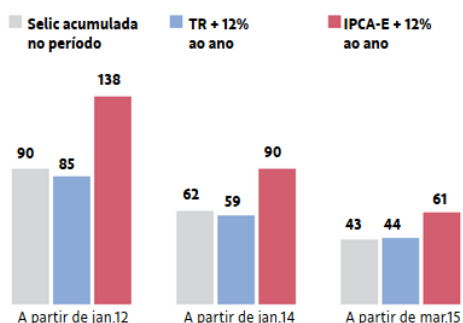
IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial)

TR (Taxa Referencial)



IPCA-E mais 1% de juros ao mês (12% de juros ao ano) dá maior ganho para trabalhadores

Nota técnica da Febraban aponta diferenças entre índices aplicados a processos trabalhistas, em % até maio de 2018



Fontes: STF, TRTs e Consif/Febraban

"Os juros aplicados pela Justiça do Trabalho, de 1% ao mês, também não refletem muito dos indicadores do mercado", afirma o advogado.

Desembargadores, porém, têm entendimento diferente.

Integrantes dos tribunais de São Paulo (capital, região metropolitana e Baixada Santista), Campinas (interior paulista), Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Bahia, mesmo após a reforma, aplicaram o IPCA-E. Decisões ainda afirmam que a mudança introduzida pela reforma é inconstitucional.

O presidente do CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho), ministro João Batista Brito Pereira, encaminhou um ofício aos presidentes dos tribunais para informar que uma nova tabela de correção monetária terá como base o IPCA-E. O documento é uma recomendação.

Brito Pereira, que também preside o TST, aguardava apenas a conclusão de uma ação na 2ª Turma do Supremo para editá-la. O trânsito em julgado --quando não cabem mais

recursos-- foi declarado no dia 15 de agosto. Segundo o TST, a tabela ainda não foi definida.

Turmas da própria corte superior também aplicaram o IPCA-E. Os tribunais mineiro e baiano têm decisões divergentes, a favor da TR.

A constitucionalidade da mudança na CLT ainda não foi analisada pelo Supremo. "O ideal é que o STF, quer por liminar, quer no mérito, decida rapidamente sobre a questão", diz Venditti.

No dia 16, a Consif (Confederação Nacional do Sistema Financeiro) ajuizou uma ação no Supremo em defesa da TR. A entidade reúne Fenaban (federação dos bancos), Fenacrefi (instituições de crédito), Fenadistri (títulos e valores mobiliários) e Fenaseg (seguradoras).



Prédio do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) na Barra Funda, em São Paulo - Eduardo Knapp/Folhapress

A Consif pede uma liminar (decisão provisória) para obrigar a atualização pela TR. "Há o risco da insegurança jurídica. Há um critério estabelecido pela legislação que vem sendo afastado pela Justiça do Trabalho, criando uma indesejada indefinição para

todas as partes e para a economia, e que só poderá vir a ser solucionada pelo STF", diz o advogado Fábio Lima Quintas, um dos autores da ação.

De acordo com ele, a substituição da TR pelo IPCA cria distorção econômica. "Ela transforma uma dívida judicial trabalhista, não em uma legítima indenização, mas em um investimento, oferecendo rendimento superior, por exemplo, ao dobro do que se obtém nos títulos públicos."

Na ação, Quintas escreve que o uso do IPCA-E "traduz usurpação da competência legislativa conferida pela Constituição à União para legislar sobre regime monetário". O presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), Guilherme Feliciano, diz que a entidade vai pedir para ingressar no processo.

"Essa ação da Consif abriu muitas portas, suscitou muitas polêmicas. A Anamatra deverá entrar como amiga da corte para sustentar que o índice correto é o IPCA-E", afirma o juiz do trabalho.

Segundo Feliciano, a ação da Consif foi para a relatoria de Gilmar Mendes por prevenção, quando se trata de um processo sobre um mesmo assunto já em análise no Supremo.

"Isso se deu em razão de uma ADI [ação direta de inconstitucionalidade] da Anamatra, na qual questionamos o novo regime de depósito recursal, que determina também a TR", afirma Feliciano.

Enquanto o STF não decide sobre o tema, o sócio do escritório Siqueira Castro e professor de direito do trabalho da USP Otavio Pinto e Silva diz que tanto empregado como empregador perdem.

"Um juiz pode aplicar TR e outro, IPCA-E. Uma mesma cidade, por exemplo, pode ter decisões distintas para trabalhadores de uma mesma empresa", afirma Pinto e Silva. Segundo ele, agora o caso está só com o Supremo. "É um ponto de direito material da reforma trabalhista que vai ser decisivo para se corrigir ações novas e também as antigas."

No entanto, para Silva, cabe ao Legislativo definir a taxa ideal. "Ainda temos a lei. A lei diz que é TR. Se está errado, muda então a lei."

Latam dispensa 1,2 mil funcionários em Guarulhos e Galeão após terceirização

29/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 28-08-2018)

A Latam Airlines Brasil informou que está reduzindo seu quadro de colaboradores nos aeroportos de Guarulhos, em São Paulo, e do Galeão, no Rio de Janeiro em razão da transferência de toda a sua operação de rampa e limpeza (ground handling), gestão de equipamentos de solo (GSE) e atendimento a clientes com bagagens perdidas ou danificadas (Lost Luggage) para uma empresa terceirizada, a Orbital – WFS, empresa especialista nesta modalidade de serviços aeroportuários.

Segundo informações do Sindicato dos Aeroviários de Guarulhos (Sindigrú) foram 850 demissões em São Paulo.

O número foi confirmado pela Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil (Fentac), que informa ainda outras 350 baixas no aeroporto no Rio de Janeiro. Procurada, a Latam não divulgou o número exato de demitidos, justificando que alguns colaboradores serão realocados.

Em nota à imprensa, a companhia aérea diz que chegou a um entendimento com os sindicatos da categoria em Guarulhos e no Rio de Janeiro para que a empresa ofereça um pacote adicional às verbas rescisórias regulares aos funcionários que não tenham sido realocados em outras posições internas na Latam ou posições externas de empresas com as quais a Latam está trabalhando.

Entre as compensações oferecidas, a empresa cita seis meses de extensão dos benefícios: plano médico, odontológico e vale alimentação e cinco bilhetes aéreos gratuitos para o funcionário e cada um dos seus beneficiários.

A empresa informa que a contratação do parceiro para realizar estas operações em Guarulhos e no Galeão é uma medida pontual, que se mostrou como a melhor alternativa para as necessidades da Latam Airlines Brasil neste momento.

A decisão está em linha com o mercado nacional e faz parte de uma tendência mundial de contratação de serviços especializados.

"A Latam estabeleceu um sistema de gestão integrado com a Orbital – WFS para assegurar a eficiência e a manutenção da qualidade dos serviços prestados, que incluem carregamento de bagagens, traslado de aeronaves dentro do aeroporto, limpeza de cabines, entre outros", diz a empresa em nota.

Governo nomeia novo titular da secretaria do Trabalho para registro sindical

29/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O governo federal nomeou Mauro Rodrigues de Souza para exercer o cargo de secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, departamento que cuida das atividades relacionadas a registros sindicais.

Mauro de Souza assume o comando da área no lugar de Eduardo Anastasi, exonerado no fim de julho, depois da chegada do novo ministro Caio Vieira de Mello. Souza já atuava na pasta como assessor especial do ministro.

A nomeação está publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira, 29.

Ministro defende polícia internacional para combater contrabando nas Américas

29/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Jungmann participou da confederação da Aliança Latino-Americana Anticontrabando

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, defendeu nesta terça-feira (28) uma polícia internacional das Américas que seja capaz de perseguir criminosos em países vizinhos. Essa é uma forma, segundo ele, de combater o contrabando.

"Precisamos ter ferramenta internacional para combater o que é internacional. Nenhum país consegue sozinho fazer esse combate", disse.

Jungmann mencionou a existência da Ameripol (Comunidade de Polícias das Américas) e disse que ela deve passar por uma transformação para, em 2019, ter nova personalidade jurídica e poder ampliar sua atuação.

"A nova personalidade jurídica vai permitir que você possa perseguir criminosos em países vizinhos, integrar inteligência, expedir mandados de busca e de prisão. Não temos isso e precisamos ter", afirmou.

O diretor-geral da Polícia Federal, Rogerio Galloro, foi escolhido neste ano como secretário-executivo da Ameripol. O grupo foi criado em 2007, em Bogotá, com o intuito de dar ênfase ao combate ao narcotráfico, além de realizar operações contra o terrorismo, falsificação, lavagem de dinheiro e contrabando de armas e material radioativo, além de crimes de informática.

Jungmann e Galloro participaram nesta terça-feira (28) de conferência da Alac (Aliança Latino-Americana Anticontrabando), no Palácio do Itamaraty, em Brasília. A aliança é uma iniciativa público-privada, da qual fazem parte governos, associações de empresas e as principais companhias afetadas pelo contrabando.



No evento, palestrantes trataram sobre ações compartilhadas entre os países para combater comércio ilegal de cigarros, bebidas, alimentos e outros produtos.

Galloro disse que "a luta contra o contrabando no Brasil não é uma luta nova" e mencionou o tamanho da fronteira brasileira para dizer que o desafio é "gigantesco". "A fronteira entre Estados Unidos e México tem 3.144 km e nós temos quase 16 mil km de fronteira terrestre, com dez países", disse.

Flávio Correa Basílio, secretário nacional de segurança pública, lembrou que o contrabando afeta a população de diversas formas. "Não é um desafio local, regional. É um desafio global. Precisamos ter articulação muito ampla e pensar que não é problema só da segurança pública, mas afeta sonegação fiscal, renda, emprego, a vida e dignidade das pessoas", disse.

Para a analista de risco político e presidente da Consultoria Asymmetrico, Vanessa Neumann, a tolerância da própria população com o contrabando e corrupção dificulta o combate ao comércio ilegal.

"Os cidadãos precisam entender que eles é que pagam as últimas consequências em relação aos grupos criminosos que são fortalecidos pelo contrabando", disse.

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, destacou que recursos ilegais arrecadados com contrabando muitas vezes são utilizados para compra de armas e comércio de drogas, por exemplo.

"Hoje o contrabando não é mais uma atividade artesanal. O contrabando e a pirataria estão cada vez mais integrados a outras modalidades criminosas", afirmou.

Aloysio Nunes disse, ainda, que é necessária parceria com o setor privado para combater o contrabando e a pirataria. "Sem essa parceria, dificilmente conseguiríamos vitória significativa nesse combate. [...] As empresas sabem o quanto a concorrência desleal gera de prejuízo", disse.

O ministro-chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), Sérgio Etchegoyen, afirmou que a presença de grandes organizações criminosas é o grande problema das fronteiras na região.

"As nossas fronteiras sul-americanas não apresentam essas tragédias que vemos em outras fronteiras. Não temos fronteiras de ódio, de disputa, de preconceitos. Essas não são realidades das fronteiras internacionais da América do Sul", disse.

Etchegoyen defendeu, ainda, a parceria com governos de outros países. "Estamos trabalhando para que possamos compartilhar estruturas e recursos tecnológicos nas fronteiras. O problema é o mesmo: é tão ilegal traficar drogas aqui no Brasil quanto em qualquer país da região."

O ministro disse que a Venezuela é um problema novo e que não terminará no curto prazo. Afirmou, ainda, que as consequências da situação da Venezuela foram "plantadas ao longo de muito tempo e infelizmente sustentadas por outros governos".

Sobre a situação dos venezuelanos que chegam ao Brasil, Jungmann reconheceu que o ritmo de interiorização tem sido mais lento que o desejável. Apesar de o governo federal ter consciência de que precisa agilizar esse processo, segundo ele, a garantia de condições adequadas aos imigrantes em outras regiões do país exige muita negociação.

"O fluxo de entrada tende a crescer por conta da ampliação da tragédia humanitária e a interiorização não é fácil, porque envolve negociação. Não pode simplesmente levar as pessoas para lá e largar", disse.

Índice de confiança do consumidor sobe e é o melhor em mais de 2 anos, diz CNI

29/08/2018 – Fonte: G1

Indicador tem por base levantamento, que foi feito em parceria com o IBOPE com 2.002 pessoas de 141 municípios, entre 16 e 20 de agosto. Para analista, população espera que governo eleito melhore a situação da economia.

O Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (INEC) subiu 3,1% em agosto, na comparação como mês de julho, e alcançou 104,7 pontos, segundo pesquisa divulgada nesta quarta-feira (29) pela Confederação Nacional da Indústria. Conduzido pelo Ibope, o levantamento ouviu 2.002 pessoas em 141 municípios entre 16 e 20 de agosto.

De acordo com a entidade, o patamar de agosto do indicador é o maior desde maio de 2016, quando o Brasil ainda enfrentava a recessão.

"Com o aumento registrado neste mês, o INEC reverte a queda de 3,9 pontos verificada em junho frente a maio, logo depois da paralisação do transporte rodoviário de cargas. Mesmo assim, continua 2,8% abaixo da média histórica dos 107,7 pontos", acrescentou a CNI.

De acordo com o gerente-executivo de Política Econômica da entidade, Flávio Castelo Branco, a melhora da confiança do consumidor, em agosto, foi "expressiva". Segundo ele, isso é resultado da proximidade das eleições.

"Os consumidores, que são os eleitores, esperam que o governo eleito melhore a situação da economia, o que terá um impacto positivo na vida das pessoas. Por isso, os brasileiros estão mais otimistas", avaliou ele.

De acordo com a pesquisa, o aumento do otimismo dos brasileiros é resultado da melhora das perspectivas sobre a inflação, o emprego e a renda pessoal nos próximos seis meses.

O indicador de expectativas sobre a inflação aumentou 3,2% em agosto, informou a CNI, enquanto que o índice de desemprego subiu 3,1% e o de renda pessoal cresceu 5,6% em

relação a julho. O índice de expectativa em relação a situação financeira aumentou 6,4% e o de endividamento cresceu 2,8% frente ao mês passado.

Quanto maiores os indicadores, maior é o número de pessoas que espera a queda da inflação e o desemprego, o aumento da renda pessoal, a melhora da situação financeira e a queda do endividamento nos próximos seis meses.

O indicador de compras de maior valor, porém, caiu 0,2% na comparação com julho, mostrando que os "brasileiros estão cautelosos e preferem adiar as compras de móveis, eletrodomésticos e outros bens de maior valor".

"Eficiência e competitividade: o que o setor produtivo quer para o Paraná do futuro"

29/08/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Grupo formado por sete entidades elaborou um documento com sugestões para os candidatos ao governo. Veja quais são as demandas

O G7 – grupo que reúne sete federações do setor produtivo do Paraná – quer ajudar o próximo governador a fomentar o desenvolvimento do estado. Para isso, elaborou um documento em que dá sugestões para os candidatos ao Executivo estadual para a condução do próximo mandato.

As ideias são destinadas às mais diversas áreas – administração, segurança pública, infraestrutura e meio ambiente, por exemplo – e foram debatidas pelo G7 com Cida Borghetti (PP), João Arruda (MDB) e Ratinho Junior (PSD) na manhã da última segunda-feira (27).

De acordo com José Roberto Ricken, coordenador do G7 e presidente da Federação das Cooperativas do Estado do Paraná (Fecoopar), o documento é resultado de um esforço das sete federações para chegar a sugestões que contemplem as necessidades do estado. "Não temos nenhuma proposta que seja de interesse particular de alguém.

As federações buscaram estabelecer uma visão de futuro que sirva ao bem comum", afirma.

O G7 é formado pela Fecoopar; pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (Fecomércio); pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep); pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep); pela Associação Comercial do Paraná (ACP); pela Federação das Empresas de Transportes de Cargas do Estado do Paraná (Fetranspar); e pela Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (Faciap).

Estrutura mais enxuta

Entre as sugestões apresentadas pelo grupo, Ricken destaca a necessidade de modernização da máquina pública. "Não podemos abandonar o equilíbrio das contas do estado, mas ele não pode vir somente com o aumento de impostos. É preciso reduzir custos", diz.

Uma das sugestões do G7 é que a estrutura de secretarias estaduais seja revista, com a possibilidade de unir algumas pastas. "Não estamos apontando quais, mas o pensamento do grupo é de que a gestão precisa ser mais efetiva e transparente", explica Ricken.

Mais infraestrutura e integração

Demandas de infraestrutura também têm papel de destaque entre as sugestões apresentadas pelo G7. Duplicações de rodovias, ampliações e instalação de aeroportos – especialmente no interior –, portos e ferrovias estão no documento.

“O Paraná precisa dessas melhorias para que possa crescer. Da mesma forma, é preciso pensar em alternativas para aumentar a geração de energia no estado. Precisamos ser competitivos nos mercados nacional e internacional”, afirma o coordenador.

ELEIÇÕES 2018: veja quem são os candidatos

Outro ponto defendido pelo G7 para aumentar a competitividade dos produtos paranaenses pressupõe a interlocução entre o próximo governador e a esfera federal. A ideia é de que o governador do estado trabalhe de forma integrada aos representantes do Paraná na Câmara e no Senado. “É preciso pensar no estado, e não em partidos políticos”, defende Ricken.

A mesma premissa de integração é a sugestão do G7 para as tratativas do Paraná com os demais estados da região Sul. “Também temos problemas sociais e precisamos de mais investimentos. A região precisa ser melhor defendida no âmbito federal”, diz.

Confira a lista completa das propostas do G7 acessando o link: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/eficiencia-e-competitividade-o-que-o-setor-produtivo-quer-para-o-parana-do-futuro-cnv2x0148xeuv69qvzi58w3ja/>

Indústria vai registrar queda de 1,7% em julho, segundo Ipea

29/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Indicador tem sofrido oscilações desde a paralisação dos caminhoneiros em maio

A produção industrial caiu 1,7% em julho, na comparação com o mês anterior, segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), que prevê mensalmente o resultado da pesquisa do IBGE sobre a atividade.

Por outro lado, o indicador subiu 1,1% em relação ao mesmo período de 2017.

“O setor industrial teve um recuo forte [de 11%] em maio, quando houve a greve dos caminhoneiros, e uma recuperação muito rápida [de 13,1%] no mês seguinte”, diz Ernesto Lozardo, presidente do instituto.

Além da paralisação, a oscilação está ligada à incerteza devido às eleições e à falta de planos concretos para trazer estabilidade econômica no próximo governo, diz ele.

“Temos um quadro político complicado. Parece que os candidatos ainda estão muito focados em discurso político, sem um embasamento teórico básico e realista da economia”, afirma.

A projeção atual do Ipea é de um crescimento de 1,7% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2018 —a previsão era de 3% ao final do ano passado.

3%

foi o crescimento da produção industrial no acumulado de 12 meses até julho, segundo o Ipea

2,1%

foi o aumento nos sete primeiros meses de 2018

Indicador de incerteza cai em agosto mas segue elevado

29/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Indicador de Incerteza da Economia Brasileira (IIE-Br) recuou 1,5 ponto na passagem de julho para agosto, alcançando 114,2 pontos, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com o resultado, o indicador persiste na região de incerteza elevada (acima de 110 pontos) pelo sexto mês consecutivo.

“Apesar da leve queda no mês, o Indicador de Incerteza mantém-se em patamar elevado. Entre os fatores a sustentar este resultado estão os níveis elevados de incerteza eleitoral, uma vez que não se sabe, por exemplo, se os ajustes necessários de natureza fiscal serão realizados pelo próximo governante. Há aumento da incerteza também no front externo.

A crise da lira turca contribuiu para a elevação da incerteza econômica brasileira, refletindo-se na desvalorização do real frente ao dólar. Dado o cenário atual, espera-se que o indicador continue elevado nos próximos meses”, avaliou a pesquisadora Raíra Marotta, do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

O IIE-Br passou a integrar o calendário de divulgações de indicadores econômicos do Ibre/FGV no fim de 2016.

O índice mensal é composto por três componentes: o IIE-Br Mídia, que faz o mapeamento nos principais jornais da frequência de notícias com menção à incerteza; o IIE-Br Expectativa, que é construído a partir das dispersões das previsões para a taxa de câmbio e para o IPCA; e o IIE-Br Mercado, baseado na volatilidade do mercado financeiro.

Em agosto, o IIE-Br Mídia subiu 0,3 ponto, enquanto o IIE-Br Expectativa caiu 8,2 pontos. A coleta do Indicador de Incerteza da Economia Brasileira é realizada entre o dia 26 do mês anterior ao dia 25 do mês de referência.

Preços de produtos na 'porta da fábrica' sobem 1,13% em julho, diz IBGE

29/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Produtor (IPP), que inclui preços da indústria extrativa e de transformação, registrou alta de 1,13% em julho, informou nesta quarta-feira, 29, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de junho foi revisada de uma elevação de 2,28% para avanço de 2,27%.

O IPP mede a evolução dos preços de produtos na “porta da fábrica”, sem impostos e fretes, da indústria extrativa e de 23 setores da indústria de transformação. Com o resultado de julho, o IPP de indústrias de transformação e extrativa acumulou aumento de 9,84% no ano e elevação de 15,89% em 12 meses.

Considerando apenas a indústria extrativa, houve aumento de 2,37% em julho, após o avanço de 5,72% registrado em junho.

Já a indústria de transformação registrou expansão de 1,08% em julho, ante um crescimento de 2,12% no IPP de junho.

Confiança de serviços tem em agosto maior nível em 4 meses e indica recuperação, diz FGV

29/08/2018 – Fonte: G1

Segundo pesquisador, índice sinaliza uma recuperação moderada na atividade para os próximos meses.

As expectativas dos empresários para os próximos meses melhoraram e a confiança do setor de serviços apurada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) atingiu em agosto o nível mais alto em quatro meses, apontando para uma recuperação moderada na atividade.

Os dados divulgados nesta quarta-feira mostraram que o Índice de Confiança de Serviços (ICS) registrou em agosto alta de 1,5 ponto e foi a 89,0 pontos, segunda alta seguida e maior patamar desde abril.

"O novo aumento da confiança dos serviços em agosto sugere que a fase de queda deste indicador, observada desde o início do segundo trimestre, pode estar chegando ao fim, reforçando que talvez o momento seja de estabilização da curva de confiança do setor", explicou em nota o consultor da FGV Silvio Sales.

O Índice de Expectativas (IE-S) foi o responsável pelo resultado do mês ao avançar 2,9 pontos, para 91,5 pontos, depois de ter registrado cinco meses consecutivos de queda, com destaque para o indicador que mede a demanda para os próximos três meses.

O Índice da Situação Atual (ISA-S), por sua vez, se manteve estável em agosto, em 86,7 pontos.

"As expectativas apresentam, pela primeira vez em cinco meses, um avanço na margem em agosto. Com isso, permanece a sinalização de uma recuperação moderada na atividade para os próximos meses", completou Sales.

A confiança de serviços acompanha a alta registrada no sentimento do comércio brasileiro, embora no setor industrial e de construção a confiança tenha recuado em agosto, bem como entre os consumidores.

Após três meses negativos, emprego na indústria elétrica para de cair

29/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Geração de vagas ficou praticamente estável em julho e teve variação positiva de 0,6%

O nível de emprego nas indústrias elétrica e eletrônica parou de cair em julho após três meses de retração, segundo a Abinee, associação que representa esses setores.

Na prática, houve estabilidade. Foram criadas 172 vagas, uma oscilação de 0,07% em relação a junho deste ano e de 0,6% na comparação com o mesmo mês de 2017.

"É um número pequeno, mas acreditamos em uma retomada gradual", afirma Humberto Barbato, à frente da entidade.

Setembro e outubro deverão ser meses de pico nas contratações, devido à necessidade de atender a demanda de fábricas para as vendas de Black Friday e Natal.

"É normal, até pela sazonalidade no fim do ano, que haja uma melhora. Não possuímos uma projeção, mas é possível que terminemos 2018 com cerca de 240 mil empregos [uma alta de 2,5% em relação a 2017]", diz ele.

Faturamento da indústria de máquinas cresce 10,6% em julho, diz Abimaq

29/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 28-08-2018)

Favorecido por vendas domésticas, o faturamento da indústria nacional de máquinas e equipamentos alcançou R\$ 6,79 bilhões no mês passado, 10,6% a mais do que o montante registrado em julho de 2017, informou nesta terça-feira, 28, a Abimaq, entidade que representa as empresas do setor. Na comparação com junho, houve queda de 4,1% nas vendas dessa indústria, entre entregas ao mercado doméstico e exportações.

O resultado leva para R\$ 42,13 bilhões o faturamento das fábricas de bens de capital mecânicos nos sete primeiros meses do ano, o que corresponde a um crescimento de 4,7% frente a igual período de 2017.

As exportações, que somaram US\$ 703 milhões no mês passado, marcaram quedas de 3,3% no comparativo interanual e de 20,3% em relação a junho. Quanto às vendas domésticas, houve alta de 11,7% na comparação com julho de 2017. Na comparação com o mês anterior, a alta das vendas internas em julho foi de 10,5%.

No mês passado, o consumo de máquinas e equipamentos no País, que inclui as importações e é um termômetro dos investimentos nas linhas de produção, subiu 25,3% se comparado ao mesmo mês de 2017. Na comparação com junho, a alta foi de 11,3%. No total, as empresas brasileiras investiram R\$ 10,2 bilhões em máquinas e equipamentos em julho deste ano.

Só as importações subiram 21% na comparação com julho de 2017, chegando a US\$ 1,4 bilhão. Frente a junho, as compras de máquinas importadas subiram 11,7%.

O déficit comercial desse mercado – ou seja, a diferença entre o que o Brasil compra e exporta de máquinas e equipamentos – somou US\$ 694,2 milhões no mês passado, 62,5% acima do saldo negativo de um ano antes.

O balanço da Abimaq revela ainda que a utilização da capacidade instalada nessa indústria chegou a 77,3% no mês passado, acima dos 71,8% de um ano atrás.

A mão de obra no setor teve aumento de 0,9% na passagem de junho para julho. A indústria de máquinas terminou o mês passado empregando 298,6 mil pessoas.

Acumulado de 2018

O consumo de bens de capital mecânicos no Brasil subiu 10,5% nos sete primeiros meses de 2018, chegando a R\$ 57,32 bilhões, de acordo com o balanço da Abimaq.

Na mesma base comparativa, as exportações avançaram 13,9%, chegando a US\$ 5,48 bilhões, enquanto que as importações subiram 18%, para US\$ 8,52 bilhões.

Com isso, o déficit comercial no setor ficou em US\$ 3,04 bilhões entre janeiro e julho, 26,4% acima do saldo negativo de igual período do ano passado.

Abimaq prevê exportações de 2018 próximas de máxima histórica

29/08/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 28-08-2018)

Apoiada por um dólar mais competitivo, a indústria de máquinas e equipamentos, representada pela Abimaq, prevê terminar o ano com exportações superiores a US\$ 10 bilhões, o que a aproximaria do recorde de embarques alcançado pelo setor há seis anos.

Nesta terça-feira, ao apresentar os resultados das fábricas de bens de capital mecânicos em julho, o presidente executivo da Abimaq, José Velloso, projetou exportações de US\$ 10,2 bilhões em 2018. Em 2012, melhor ano nas vendas externas, as exportações chegaram a US\$ 11 bilhões, se considerados os produtos que fazem parte hoje das estatísticas da Abimaq.

Nos sete primeiros meses do ano, os embarques chegaram a US\$ 5,5 bilhões, permitindo o crescimento de 4,7% da receita dessa indústria, já que as vendas internas caíram 4,9%.

Segundo Velloso, o bom desempenho das exportações explica a recuperação do faturamento, o maior uso de capacidade instalada das fábricas e a recuperação de 10 mil vagas de emprego no setor após a recessão.

Ele observou que, com o dólar mais caro, os exportadores estão tendo mais receita nas exportações. "As empresas que exportam terão ano com resultado muito bom ... Quem está no mundo das exportações vai ter um alento. O Brasil está voltando ao pico das exportações de máquinas", declarou o presidente de uma entidade na qual metade dos associados exporta. Cerca de 50% das exportações de máquinas vão para Europa e Estados Unidos.

Ainda assim, o executivo considerou que a volatilidade cambial é "péssima" para as transações com o exterior. "Não sei quanto estará o dólar no dia em que vou converter as exportações para reais."

Ao tratar da queda da demanda por clientes no Brasil, Velloso comentou que as incertezas sobre as eleições pesam sobre as encomendas, mas que o custo do dinheiro e a falta de crédito inibem mais os investimentos. "A insegurança política não é o maior problema."

Startups brasileiras fazem fusões para acelerar crescimento

29/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Movimento recente se intensificará conforme incerteza no país caia, dizem analistas

Ir às compras para adquirir empresas mais novas ou receber propostas de aquisição começa a fazer parte da rotina de startups brasileiras.

Nas últimas semanas, companhias criadas nesta década, como Resultados Digitais, Descomplica e iFood fecharam a compra de outras startups ainda mais jovens.

O movimento é resultado do amadurecimento desse setor, novo no Brasil, que passou a atrair mais investimentos e, com isso, viabilizar esse tipo de transação, segundo Luís Gustavo Lima, sócio da aceleradora de novos negócios ACE.



André Gregori, sócio da corretora de seguros online ThinkSeg, que adquiriu recentemente a Bidu - Karime Xavier/Folhapress

Rafael Ribeiro, diretor-executivo da ABStartups (associação do setor), diz que esse tipo de operação permite às empresas compradoras acelerar seu processo de inovação e, muitas vezes, incorporar a sua equipe os empreendedores da companhia comprada.

"Em vez de desenvolver funcionalidades internamente e gastar milhões, pode valer mais a pena comprar uma startup com ideia testada."

No caso da Thinkseg, empresa de seguros online que comprou em junho a startup Bidu, do mesmo setor, o negócio permitiu ampliar a expertise da empresa em marketing digital, afirma Andre Gregori, sócio da companhia.

"As pessoas que vieram da Bidu trouxeram habilidades que complementam as nossas", diz o executivo.

Segundo ele, a aquisição acelerou em quase dois anos a chegada da empresa ao ponto de equilíbrio (quando receitas e despesas se igualam), o que deve ocorrer no próximo mês.

A Descomplica, de aulas online, reservou parte dos US\$ 20 milhões (cerca R\$ 82 milhões) que captou com investidores no ano passado para a compra de outras startups, diz o sócio Marco Fisbhen.

A emoresa comprou recentemente a PaperX, especializada na elaboração de avaliações online, e quer fazer mais três aquisições neste ano.

O empresário diz que a estratégia de comprar startups mais jovens é um diferencial competitivo. Ela permite entrar em novos mercados, desenvolver novas tecnologias e trazer pessoas inovadoras.

O iFood, que adquiriu a operação brasileira da concorrente Pedidos Já neste mês, tem inclusive um diretor dedicado ao tema das fusões e aquisições, Alex Anton.

Segundo ele, a negociação permitiu a startup ampliar o número de restaurantes e clientes cadastrados em seu serviço, especialmente em Belo Horizonte, onde a rival tinha um bom desempenho.

Para o futuro, o iFood espera comprar menos empresas de seu segmento e fazer mais aquisições que permitam incorporar novas tecnologias e serviços para restaurantes, motoboys e consumidores que usam seu serviço.

"Temos uma lista de companhias com quem já estamos conversando", diz o executivo. Já a Resultados Digitais, de ferramentas de marketing pela internet, adquiriu neste mês a Plug, de sistema para gerenciar o relacionamento com clientes. A ideia é também incluir um novo serviço entre a lista dos que já são oferecidos.

Eric Santos, presidente da Resultados Digitais, diz que, conforme cresce o mercado, é natural que surjam sinergias entre empresas.

O ano também tem sido movimentado por aquisições de companhias jovens por empresas maiores, em operações de grande retorno para investidores --o que era raro no segmento até então.

A 99 foi avaliada em US\$ 1 bilhão e comprada pela chinesa Didi no início do ano. Em março, a catarinense Decora (que produz imagens virtuais em 3D) foi adquirida pela americana Creative Drive por US\$ 100 milhões e a mineira Strider (de monitoramento de pragas por imagens) foi arrematada pela suíça Singenta por valor não divulgado.

Anderson Thees, sócio do fundo de investimento em startups Redpoint eVentures, diz acreditar que o movimento deve se intensificar conforme a incerteza política e econômica diminuem e empresas se tornem menos conservadoras em seus investimentos.

Ele diz que startups investidas pelo fundo já receberam proposta de compra e não aceitaram, diz o executivo.

Em geral, startups precisam de ao menos sete anos para se tornarem maduras e serem vendidas por valor alto, segundo Thees. A maioria das brasileiras de destaque no setor não chegou nessa idade.

Como a ergonomia pode impactar nos eventos do eSocial?

29/08/2018 – Fonte: Contábeis.com

A Ergonomia visa à melhoria da saúde, da segurança e do conforto para o trabalhador. A adaptação das condições de trabalho às características fisiológicas e psicológicas dos funcionários está prevista na NR-17.



Nesse post você vai entender como a ergonomia pode impactar no desempenho nos processos de trabalho e em que momento os requisitos ergonômicos deverão ser informados nos eventos do [eSocial](#).

S-1005: Estabelecimentos, Obras ou Unidades

Neste evento é identificado cada estabelecimento (ou obra de construção civil) da empresa, detalhando as informações específicas. Entre estas informações estão as questões relacionadas à atividade preponderante da empresa ([CNAE](#)), Fator Acidentário de Prevenção ([FAP](#)), alíquota de financiamento da Seguridade Social (GILRAT), entre outras.

Além dessas informações, serão repassadas ao [eSocial](#) informações relativas aos planos e aos programas preventivistas que a empresa possui (conforme tabela 30 – Programas, Planos e Documentos). Entre os programas a serem informados estão os relativos à ergonomia. Toda empresa deverá informar se possui Análise Ergonômica do Trabalho (AET).

A AET está prevista como obrigatória na NR 17, para todos os empregadores que admitam trabalhadores vinculados à [CLT](#). Esta análise visa realizar um diagnóstico e orientar a correção do processo e condições de trabalho quando estas indicarem a presença de risco substancial de natureza ergonômica.

S-1060: Ambientes de Trabalho

Neste evento deverão ser descritos todos os ambientes de trabalho onde os trabalhadores da empresa exerçam suas atividades. No ambiente deverão ser indicados os fatores de risco existentes, de acordo com os códigos previstos na tabela 23 – “Fatores de Riscos do Meio Ambiente do Trabalho”.

Note que entre os fatores de risco a serem informados estão 58 riscos ergonômicos, divididos em 5 temas: **biomecânicos, mobiliário e equipamentos, organizacionais, ambientais, psicossociais e cognitivos**. Além disso, é possível acrescentar mais riscos no código “*outros*”.

Ressalta-se que a existência de ambientes com fatores de risco não implica no reconhecimento da exposição para fins de [aposentadoria](#) especial ou direito à adicional de insalubridade e/ou periculosidade.

S-2240: Condições Ambientais de Trabalho

Nesse evento serão prestadas as informações da exposição do trabalhador aos fatores de risco. A empresa deverá vincular os trabalhadores a cada ambiente em que exercem atividades (conforme S-1060) com seus respectivos fatores de risco. Posteriormente esses riscos são avaliados, seguindo orientações específicas da tabela apresentada no manual. Além disso, deverá ser informada a metodologia, ou norma técnica, seguida para a avaliação.

Um dos objetivos desse evento é avaliar se a exposição aos fatores de risco (combinada ou não com as atividades descritas), cria condições de insalubridade ou periculosidade no ambiente de trabalho e se dá ao trabalhador exposto o direito à [aposentadoria](#) especial.

Ressalta-se que apesar dos riscos ergonômicos não gerarem condição especial, insalubre ou perigosa, eles são responsáveis por aproximadamente 25% dos adoecimentos relacionados ao trabalho. Sendo assim, serão utilizados na composição do Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP e no acompanhamento da gestão de SST da empresa.

S-2245 – Treinamentos e Capacitações

Nesse evento devem ser informados os treinamentos, capacitações, exercícios simulados realizados com os trabalhadores, além das informações repassadas aos trabalhadores relativas à segurança e saúde no trabalho, conforme Tabela 29.

Com relação aos requisitos da ergonomia, as principais capacitações que devem ser tratadas são:

- Treinamento para trabalhador designado ao transporte manual regular de cargas;
- Capacitação devido à introdução de novos métodos ou dispositivos tecnológicos.
-

Saúde e segurança do trabalho: 5 fatores de risco na transmissão de dados para o eSocial

29/08/2018 – Fonte: Contábeis.com (publicado em 28-08-2018)



A implementação do eSocial permite que órgãos do governo concentrem e comparem diversas informações enviadas para o sistema, o que torna mais fácil a visualização do cumprimento (ou do não cumprimento) das obrigações por parte dos empregadores.

Parece preocupante para a sua empresa, especialmente na área de SST? Confira agora 5 fatores de risco na transmissão de dados relacionados à saúde e segurança do trabalho ao [eSocial](#).

Que o [eSocial](#) está provocando mudanças na rotina das empresas, todo mundo já sabe.

O que você talvez não saiba é que, além de ser uma obrigação, focar em saúde e segurança do trabalho pode ser uma estratégia de crescimento para as organizações. Uma pesquisa realizada pelo Serviço Social da Indústria (SESI) com 500 médias e grandes empresas, entre outubro de 2015 e fevereiro de 2016, mostrou que 48% dos gestores perceberam redução nas faltas e 43,6% viram aumentar a produtividade após investimentos em SST.

Especialmente após a implementação do [eSocial](#), que obriga todas as empresas, em diferentes momentos, a prestar contas de tudo o que acontece com o trabalhador (do início ao fim do contrato), tornou-se ainda mais importante dar atenção a essa área. Entenda agora 5 desafios gerados pela obrigatoriedade de comunicar esses eventos ao [eSocial](#).

1. Cumprir os programas legais contidos nas Normas Regulamentadoras

O cumprimento desses programas é obrigatório pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, assim como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho ([CLT](#)).

É muito importante observar e cumprir os prazos legais relacionados à elaboração e revisão anual dos documentos, pois estarão evidenciados nos eventos de saúde e segurança do trabalho no [eSocial](#).

2. Atender à Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência (PcD)

No evento S-1005, a empresa se autodeclara obrigada a cumprir a Lei de Cotas e no evento S-2200 ela deve indicar os trabalhadores que constituem a cota. É fácil perceber a ligação entre essas duas informações e que o cruzamento delas deve informar uma única verdade.

Fique atento!

Também, ao cruzar os dados, pode-se constatar se uma empresa apresenta um quadro insuficiente. Vale lembrar que se a cota não for cumprida, a empresa não pode demitir o trabalhador cotista, exceto por justa causa. Após cumprir a cota, a empresa pode demitir somente se houver contratação prévia de outro trabalhador PcD.

3. Manter exames

A Norma Regulamentadora NR-7 define prazos para a realização dos exames médicos ocupacionais:

- o exame admissional deve ser realizado antes do evento da admissão do trabalhador;
- o exame demissional tem que ser efetuado antes do evento de demissão do trabalhador;
- o exame de mudança de função é feito sempre que o trabalhador for exposto a novos fatores de risco à sua saúde e antes do evento de mudança de função;
- o exame de retorno ao trabalho deve ser feito no primeiro dia de retorno ao trabalho, ou seja, um dia após o prazo final de benefício informado no evento S-2400;
- exames periódicos devem ser realizados conforme a periodicidade definida no PCMSO e nos quadros I e II da NR-7.

4. Caracterizar os fatores de risco

É necessário quantificar e/ou qualificar todos os fatores de risco, especialmente os definidos nas normas regulamentadoras:

- NR-15, que trata das atividades e operações insalubres,
- NR-16, que trata das atividades e operações perigosas,
- NR-17, que trata dos fatores ligados à ergonomia,
- NR-10, 11, 12, 13, 33, 35, entre outras, que tratam dos fatores de riscos de acidentes.

Dessa forma, a empresa garante que os dados obrigatórios no evento S-2240 – que trata de condições ambientais do trabalho e fatores de risco – sejam informados no [eSocial](#).

Para seguir as especificações do [eSocial](#) e garantir a eficácia dos Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva, é preciso cumprir os prazos de entrega, guardar recibos e certificados de aprovação do EPI (CA), realizar treinamentos de utilização, observar prazos de validade, etc., a fim de informar a neutralização ou não dos riscos e o pagamento ou não de insalubridade e [aposentadoria](#) especial.

Como você pode ver, cada um dos eventos de SST tem suas particularidades e interage com uma série de eventos de folha, fiscais e de RH.

Abimaq defende estabilidade para o câmbio

29/08/2018 – Fonte: Instituto Aço Brasil

A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), que já advogou pela alta do dólar a fim de ganhar competitividade internacional, está preocupada com o comportamento recente do câmbio. O ideal é a estabilidade, diz José Velloso, presidente-executivo da entidade.

Velloso explicou ontem, em entrevista coletiva após apresentar os números do setor em julho, que do pedido do cliente no exterior até a fabricante entregar efetivamente a máquina, se passam, em geral, quase 120 dias. As empresas têm de fazer seu planejamento de acordo com esse cronograma e no momento é muito difícil de prever como estará o câmbio, reclama.

"A estabilidade, portanto, é muito importante. Mas o ideal para o país, não só para a Abimaq ou a indústria de transformação, é taxa cambial que ajude no equilíbrio da balança comercial brasileira", afirmou Velloso. "Por enquanto, parece impossível isso. Porque a volatilidade vai ser regra enquanto não houver agenda definida para as reformas que o país precisa."

A reclamação quanto à instabilidade cambial vem em um momento bom para a exportação da indústria de máquinas e equipamentos. De janeiro a julho, foram embolsados US\$ 5,48 bilhões com vendas ao exterior, 13,9% a mais do que no mesmo período de 2017.

A Abimaq crê em até US\$ 10,3 bilhões no ano fechado, se reaproximando da máxima histórica de 2012, que, levando em conta produtos ainda contabilizados no levantamento da associação, foi de US\$ 11 bilhões. No ano passado, as fabricantes exportaram US\$ 9,09 bilhões. O problema, ressaltou Velloso, é que a importação também deve subir no ano, resultando em mais um ano de déficit na balança comercial do setor.

Por aqui, o desempenho do consumo de máquinas e equipamentos em julho confirmou a trajetória que já era esperada para 2018, de acordo com a Abimaq. A projeção foi mantida em um crescimento de 7% da receita líquida total durante o ano. Em 2017, o volume foi de R\$ 67,14 bilhões.

Nos sete primeiros meses do ano, a receita líquida total subiu 4,7% em comparação anual, para R\$ 42,13 bilhões, sendo que a interna caiu 4,9%, para R\$ 22,76 bilhões.

O consumo aparente brasileiro cresceu 10,5% e atingiu R\$ 57,32 bilhões. A performance tem melhorado tanto que o nível de utilização da capacidade instalada chegou ao maior patamar em quatro anos, de 77,3% em julho.

Para Bradesco, nível da moeda está inadequado

29/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O nível atual do dólar, que chegou na terça-feira, 28, aos R\$ 4,14, não está adequado para a realidade do Brasil, na opinião do presidente do Bradesco, Octávio de Lazari Júnior. Para o executivo, um intervalo esperado, depois das eleições, seria algo entre R\$ 3,70 a R\$ 3,80.

Apesar disso, ele não vê impactos para o banco ou para as empresas brasileiras em decorrência da valorização da moeda americana. Lazari acrescentou, contudo, que, no nível em que está o dólar, há maior procura por parte das empresas por hedge (proteção contra a variação cambial).

“As empresas não são alavancadas em linhas de crédito em dólar e não devem sofrer impacto pelo atual patamar da moeda. As companhias aprenderam no passado”, disse na terça em reunião com analistas e investidores.

“Nunca vimos eleição como a que estamos vivendo em termos de indefinição. Mas esperamos que, após a eleição, tudo vai convergir para a mesma direção.” Lazari afirmou que no primeiro ano após as eleições a economia sempre cresce.

Dólar atinge R\$ 4,14 e já afeta preços de alimentos

29/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O dólar voltou a subir na terça-feira, 28, sob influência das incertezas da corrida eleitoral, e atingiu a cotação de R\$ 4,14 – o segundo maior valor nominal desde o início do Plano Real, em 1994. A moeda americana, que está na casa dos R\$ 4 desde 21 de agosto, registra alta de 10,2% só neste mês e de 25% no ano. O novo patamar do câmbio já pressiona preços de produtos importados, especialmente combustíveis, medicamentos e de alguns alimentos.

Este mês, o valor da gasolina acumula alta de quase 6% e reflete tanto o aumento do petróleo no mercado internacional quanto a disparada do dólar ante o real, parâmetros que a Petrobrás usa em sua política de formação de preços.

Entre os alimentos, pães e massas subiram 3% no mês passado. Como o Brasil vai importar neste ano mais da metade do trigo que vai consumir, sobretudo da Argentina, esse grupo deve pesar no bolso do consumidor.

“A indústria tem, em média, estoque suficiente para até 90 dias. Se o fabricante tem estoque comprado com preço anterior, mais baixo, segura o reajuste e ganha em volume de vendas”, diz Claudio Zanão, da Abimapi, associação dos fabricantes de biscoitos, massas e pães industrializados. Ele estima que os preços devem ficar até 10% mais altos para o consumidor até o fim deste ano.

Para não perder competitividade e de olho em um consumidor resistente a gastos extras, a indústria e o comércio acabam tendo de absorver parte desse impacto do câmbio nos preços.

A gaúcha Chania Chagas, sócia da importadora Empório do Azeite, em Gramado, tentou segurar os preços ao máximo. O estoque de parte dos produtos que a empresa comprou direto do exterior deve durar até o fim do ano, o que vai garantir que ela não tenha de reajustar.

“Mas a gente tomou um susto este mês. As distribuidoras que nos fornecem os demais produtos aumentaram o valor em até 25%, por conta da alta do dólar. Decidimos

repassar 15% para o cliente final, para não espantar o consumidor, e vamos ter de absorver parte dos custos.”

O gerente-geral dos supermercados Hirota, Hélio Freddi Filho, diz que a rede paulista ainda não precisou subir preços de importados, mas poderá fazer isso em breve.

“Estamos com estoque comprado antes das altas do dólar, por isso mantivemos. Mas em 45 dias novos carregamentos devem chegar com os preços mais altos.” Ele conta que a empresa deve tentar diminuir o impacto no repasse ao consumidor negociando mais fortemente com os fornecedores.

Para economistas, no entanto, o impacto do dólar nos preços ainda não deve ser suficiente para tirar a inflação da meta de 4,5% estabelecida para este ano porque a demanda do consumidor continua baixa.

“Claro que o cenário eleitoral obscuro tem um peso grande, mas é difícil pensar que a inflação rompa o teto da meta em 2018. A depender do resultado da eleição, porém, isso pode ocorrer nos próximos anos”, diz o economista da Tendências Consultoria Marcio Milan. Em 12 meses até julho, o IPCA acumula alta de 4,48%

Para o ano que vem, o Itaú Unibanco estima que um dólar acima de R\$ 4,50 seria suficiente para ultrapassar o teto da meta de inflação, que é de 4,25%.

O Banco Central anunciou que vai vender US\$ 2,15 bilhões na sexta-feira com compromisso de recompra, para rolar contratos de dólares que vencem em setembro. Com essas operações, chamadas de leilões de linha, o BC atua no mercado para impedir que a oferta de dólares caia e pressione mais o câmbio.

Juros do cartão de crédito rotativo e do cheque especial recuam em julho, diz Banco Central

29/08/2018 – Fonte: G1

Em 271,4% ao ano, juro do cartão de crédito rotativo é o menor desde outubro de 2013. Taxa do cheque especial caiu para 303,2% ao ano no mês passado, a menor desde março de 2016, revela BC.

Os juros médios cobrados pelas instituições financeiras no cartão de crédito rotativo recuaram para 271,4% ao ano em julho, o menor patamar em quase cinco anos, assim como a taxa do cheque especial caiu para 303,2% ao ano no mês passado, informou nesta quarta-feira (29) o Banco Central.

- A taxa média do cheque especial, de acordo com a instituição, passou de 304,9%, em junho, para 303,2% ao ano em julho (a menor desde março de 2016). No acumulado dos sete primeiros meses deste ano, o juro recuou 19,8 pontos percentuais, pois estava em 323% ao ano no fim de 2017.
- Já o juro médio do cartão de crédito rotativo para pessoas físicas recuou de 291,9% ao ano, em junho, para 271,4% ao ano em julho (a mais baixa desde outubro de 2013). Na parcial do ano, a taxa caiu 60,7 pontos percentuais, pois somou 332,1% ao ano no fechamento do ano passado.
- Apesar da redução nos últimos meses, essas taxas ainda seguem elevadas na comparação com outras linhas de crédito. A recomendação de economistas é que os clientes bancários não usem essas modalidades, ou que as utilizem por um período de tempo muito limitado.
- A redução das taxas cobradas nessas modalidades de crédito acontece em um cenário de estabilidade da taxa básica da economia, a Selic, que hoje está na mínima histórica

de 6,5% ao ano. Essa estabilidade acontece desde março. Antes disso, a taxa havia recuado 12 vezes seguidas.

No ano passado, o governo chegou a anunciar medidas para reduzir os juros do rotativo do cartão de crédito, que estão recuando nos últimos meses. Recentemente, a federação que representa os bancos no país anunciou novas regras para uso do cheque especial, que entraram em vigor justamente em julho.

Inadimplência de pessoa física fica estável

O Banco Central também informou que houve estabilidade da inadimplência nas operações com recursos livres para pessoas físicas, que somou 5% em julho, mesmo patamar do mês anterior.

Já a taxa média geral de inadimplência (pessoas físicas e jurídicas) passou de 4,4% em junho para 4,3% em julho. No fim do ano passado, estava em 4,9%.

No caso das empresas, a taxa de inadimplência passou de 3,7% para 3,4%, nesta comparação (na parcial do ano, caiu 1,1 ponto percentual).

Juros bancários médios

Os números do BC mostram também que houve queda nos juros médios das instituições com recursos livres (sem contar BNDES, crédito rural e imobiliário) em julho e na parcial dos sete primeiros meses deste ano.

- A taxa média total (pessoa física e jurídica) passou de 38,5% ao ano em junho para 38,1% ao ano em julho. No ano, ela recuou 2,2 pontos percentuais, pois somava 40,3% ao ano no fechamento de 2017.
- os juros nas operações com pessoas físicas caíram de 53,1% ao ano, em junho, para 52% ao ano, em julho; no acumulado do ano taxa caiu 3 pontos percentuais, pois estava em 55% ao ano no fim do ano passado.
- a taxa cobrada das empresas, porém, subiu de 20,2% ao ano em junho para 21,6% ao ano na mesma comparação, mas na parcial do ano recuou 1 ponto percentual (pois totalizou 21,6% ao ano no fechamento de 2017).

Importadoras de diesel ameaçam abandonar mercado

29/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

Representante das empresas importadoras de combustíveis, a Abicom afirma que suas associadas vão se retirar do mercado de óleo diesel até o fim do ano. Elas consideram insuficiente o preço do produto definido pelo governo em seu cálculo da subvenção ao consumo.

“Todo mundo que importar vai ter prejuízo”, disse o presidente da entidade, Sérgio Araújo. Sem a participação dos importadores, há risco de desabastecimento, afirmou. O alerta já havia sido dado pela Petrobrás em audiência pública da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no dia 17.

A partir de sexta-feira, 31, passa a valer nova metodologia de cálculo da subvenção do diesel. A fórmula passará a considerar os custos de frete para trazer o combustível até os portos brasileiros, de tancagem para manter o produto armazenado e de transporte rodoviário até o mercado consumidor.

Com isso, o governo esperava atrair importadores para o mercado, para torná-lo mais competitivo. Mas, segundo Araújo, a cotação utilizada como referência para o preço do litro não condiz com a realidade, porque está abaixo da paridade internacional.

Pelas contas da Abicom, se a nova fórmula estivesse valendo ontem, o preço de referência do litro do diesel seria de R\$ 2,5755, no Sudeste, abaixo dos R\$ 2,5956 que

seguem a metodologia vigente. "Os preços são piores que os de agosto. Vamos começar a demitir pessoal e, até o fim do ano (período de validade da nova metodologia), não vai ter importação", disse Araújo.

Na audiência pública do dia 17, a ANP recebeu muitas críticas. No dia, o gerente de Marketing e Comercialização da Petrobrás, Guilherme França afirmou que não via racionalidade econômica na proposta. "Tenho dúvida se teria autorização da diretoria para importar com risco de prejuízo", afirmou sobre a primeira proposta apresentada.

A agência alterou o texto original da resolução e substituiu a consultoria Platts pela Argus, responsável pela definição das cotações internacionais que balizam o preço de referência do cálculo da subvenção.

E acrescentou à fórmula o custo de transporte no Brasil e de tancagem. O texto definitivo foi publicado no Diário Oficial da União de terça-feira, 28. Procurada, a Petrobrás não informou se mudou sua opinião sobre a metodologia.

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, disse não ter projeção para o preço do diesel a partir do dia 31. "Depende da evolução do câmbio e do petróleo."

Caminhões esperam em média 3h20 em filas para fazer entregas na Grande SP

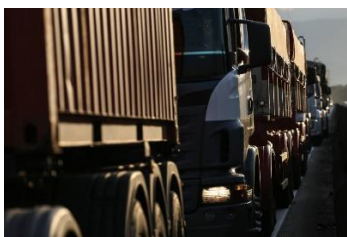
29/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Situação ideal seria de 30 minutos para entregas agendadas, diz sindicato de transportadoras

Um veículo de carga espera em média 3h22 para conseguir fazer sua entrega em estabelecimentos da Grande São Paulo, segundo o Setcesp (sindicato das transportadoras).

O tempo aumentou meia hora desde o último estudo, em 2017.

A situação ideal seria de 30 minutos para entregas agendadas e de até uma hora para as demais, segundo a entidade.



Fila de caminhões na Via Anchieta - Ricardo Nogueira - 1.ago.18/Folhapress

O custo da demora é de R\$ 312 por operação de uma carreta de 27 toneladas. Um centro de distribuição na região metropolitana de São Paulo recebe até 300 veículos por dia.

"Essa despesa entra na precificação do frete e é repassada ao consumidor. Uma maior eficiência na logística beneficiaria todos", diz o presidente do Setcesp, Tayguara Helou.

"Isso também afeta a mobilidade. Todo estabelecimento deve, por lei, dimensionar um espaço interno para receber carga, mas isso muitas vezes não é cumprido. Tem caminhão que fica em fila na rua."

Metade dos 416 locais pesquisados exigem que entregas sejam agendadas, mas 45% deles não cumprem os horários.

Toyota eleva aposta em carros autônomos com investimento na Uber

29/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 28-08-2018)

Companhia japonesa investirá mais US\$ 500 milhões na empresa americana

A Toyota Motor investirá mais US\$ 500 milhões (R\$ 2 bilhões) na Uber Technologies, o que destaca as iniciativas da fabricante de carros japonesa para acompanhar o ritmo da tecnologia de direção autônoma em um momento em que a General Motors e a Waymo, da Alphabet, lideram a corrida para revolucionar o setor.

Como parte do acordo anunciado na noite de segunda-feira, a Toyota planeja fabricar minivans Sienna equipadas com o software da Uber, e o começo dos testes na rede de transporte compartilhado da Uber está marcado para 2021.

A participação da Toyota deve cotar a empresa de transporte particular em US\$ 72 bilhões (R\$ 293 bilhões), segundo uma pessoa a par do assunto, que solicitou anonimato porque os detalhes são privados.



Companhia japonesa Toyota investirá mais US\$ 500 milhões na empresa americana - Angelo Merendino/AFP

A fabricante de 81 anos está acelerando uma iniciativa para se transformar em fornecedora de serviços de mobilidade e seu CEO, Akio Toyoda, alertou que uma mudança de paradigma extremamente rara no setor se tornou uma batalha de vida ou morte para as fabricantes de veículos tradicionais.

A Uber não é o único investimento da Toyota em uma empresa de transporte compartilhado – ela já injetou US\$ 1 bilhão (R\$ 4,08 bilhões) na Grab, do Sudeste Asiático, neste ano e tem uma parceria com a chinesa Didi Chuxing. A Toyota também financia a Japan Taxi, uma rival da Uber dirigida pelo presidente da maior operadora de táxis de Tóquio.

Futuro desconhecido

Fabricantes de veículos e empresas de tecnologia estão trabalhando para um futuro em que táxis robóticos autônomos tornarão menos necessário que os indivíduos tenham carro.

A empresa com sede na cidade de Toyota, que comprou inicialmente uma participação pequena na Uber em 2016, está diversificando suas apostas para ter uma chance com essas novas tecnologias. Toyoda disse que “não existe um caminho traçado para seguirmos” ao planejar o rumo para a mobilidade do futuro.

A Uber e Toyota projetam que uma empresa terceirizada, com que ambas estejam de acordo, terá a posse e a operação dos veículos autônomos produzidos em série, segundo a fabricante de carros.

O acordo com a Toyota eleva a cotação da Uber e iguala o valor das ações concedido à Waymo depois que a Uber resolveu extrajudicialmente um processo pelos carros autônomos. Um grupo de investidores avaliou a Uber em US\$ 62 bilhões (R\$ 252 bilhões) neste ano.

O relacionamento entre a Toyota e a Uber remonta pelo menos a 2013, quando motoristas da Uber começaram a obter financiamento com desconto para carros da Toyota.

Assim como as empresas de aluguel tradicionais, como Avis Budget Group, a Toyota tenta vender serviços de gestão de frotas à Uber com base no volume de dados compilados dos carros conectados, que cresce rapidamente. Esses serviços incluem a capacidade de monitorar se um carro recebe manutenção adequada ou se é dirigido de forma muito agressiva.

“Ninguém sabe que tipo de oportunidades comerciais a economia do compartilhamento irá criar, então por enquanto a Toyota sente que precisa obter esse know-how”, disse Koji Endo, analista do setor automotivo da SBI Securities em Tóquio. “Eles não sabem que tipo de retorno a empresa pode esperar sobre seu investimento de US\$ 1 bilhão (R\$ 4,08 bilhões) na Grab. É como se estivessem tateando no escuro.”

Librelato prevê mercado de implementos 20% maior em 2019

29/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 28-08-2018)



José Carlos Spricigo, presidente da Librelato, comemora bons resultados neste ano e aposta em um 2019 ainda melhor

Com viés de crescimento e renovação de frota, vendas têm potencial para 50 mil unidades

O bom momento do mercado de **implementos rodoviários** em 2018 deve se estender e ganhar força no ano que vem. Para a **Librelato**, a retomada deste ano se configura em uma crescente curva de crescimento e já conta com esse cenário positivo no qual espera mais um ano com aumento de dois dígitos.

“Acredito que 2019 será de crescimento para o mercado. Para os caminhões, já se fala em 15% de aumento; para o nosso setor de implementos acredito em alta de 20%, com volume acima de 45 mil e quem sabe poderemos chegar aos 50 mil”, projeta o presidente da Librelato, José Carlos Spricigo.

O executivo mantém o otimismo com base nas premissas de uma recuperação sólida do mercado, que tem mantido o viés de renovação da frota, mas também o reflexo do PIB: ele cita previsões de alta de 1,5% para este ano e de 2,5% em 2019, o que deve manter ou mesmo elevar a confiança do consumidor e também do empresariado.

Com isso, o mercado interno deve encerrar 2018 com volume de vendas acima dos 50%, embora o segundo semestre deva apresentar um ritmo menos acelerado do que o índice visto na primeira metade do ano, isso porque a base de comparação começa a não ser tão baixa.

Suas projeções apontam que a Librelato deve continuar crescendo acima do mercado e fechar o exercício com vendas entre 70% e 80% maiores que no ano passado. Até maio, a companhia registrou crescimento de 80%, com 2,7 mil implementos vendidos.

A marca é a terceira no ranking do segmento pesado – que considera reboques e semirreboques – com 13% de participação neste mercado.

Ele relata ganhos importantes em segmentos como o de implementos refrigerados e também no canavieiro. No graneleiro, houve o maior impacto positivo, com aumento de oito pontos percentuais de participação das vendas, que passaram de 15% para 23%.

No entanto, o executivo argumenta que a empresa deve manter o market share geral de 13% no segmento pesado, isso porque as exportações também vão crescer no segundo semestre: muito do que entregou no primeiro semestre para o mercado interno ainda é fruto da Fenatran de 2017 e agora com as exportações também demandando, a empresa deve puxar ainda mais seus volumes de produção, que estão a todo vapor no complexo industrial de Içara (SC), dedicado à linha de pesados, além de suas outras fábricas também no estado, em Orleans e Criciúma, também funcionando.

“Devemos aumentar os embarques em 25% este ano para Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile, o que para nós, é um volume equilibrado”, comenta.

Apesar disso, Spricigo lamenta que a margem ainda não reflete o bom desempenho das vendas. “Há muita pressão de preço por parte dos fornecedores, impactados pelo câmbio, o que afeta a compra de insumos, de componentes; além do aço nacional que também voltou a aumentar o preço, então nem sempre se consegue repassar esse custo para o cliente”, disse.

Para ele, embora o ano termine em alta em termos de volume, a geração de caixa não ficará como esperado. “Se não houver recuperação da margem, fica difícil manter a indústria atualizada e investir em inovação, mas acredito que em 2019 teremos uma rentabilidade maior para sustentar os novos investimentos.”

Ao mesmo tempo, ele garante que a empresa mantém seu ciclo de aportes previsto até 2022, conforme já havia especificado na última Fenatran, em 2017, principalmente em área fabril, maquinário robótico e novos escritórios. “Este ano aplicamos US\$ 8 milhões e até 2020 ou 2021, serão mais US\$ 35 milhões”, explica.

Entre as mudanças, a empresa está repaginando uma das duas fábricas que mantém no complexo industrial de Içara (SC), que estreia em setembro as novas cabines de pintura.

A unidade também começa a produzir em março do ano que vem sua maior novidade em termos de produto, que Spricigo prefere não adiantar, mas que promete mostrar com toda pompa na próxima Fenatran. “Será uma grande festa, vamos inovar um produto pioneiro ao mesmo tempo em que vamos comemorar nossos 50 anos.”

Carros eletrificados pagam 30% em impostos no Brasil

29/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 28-08-2018)

Apesar dos descontos no IPI e na alíquota de importação, tarifas seguem elevadas

Os **veículos elétricos e híbridos** ainda pagam impostos elevados no Brasil. Somadas as alíquotas de ICMS e PIS/Cofins aos tributos federais, que já foram desonerados pelo governo, o total recolhido é de 30% do valor de um modelo com a tecnologia, em média.

A estimativa foi apresentada por Ricardo Bastos, diretor de relações governamentais da Toyota para o Brasil, que participou do Seminário de Eletromobilidade, promovido pela Anfavea na terça-feira, 28.

“Em São Paulo temos a isenção do rodízio municipal, que ajudou muito. Já a devolução do IPVA garantida a quem tem carro eletrificado tem sido mais complicada. O processo para receber de volta é burocrático”, observa. Segundo o executivo, se o objetivo é estimular a adoção das novas tecnologias de propulsão, é importante desenhar as condições certas para impulsionar este movimento. “O que conquistamos até aqui precisa ser mantido e ampliado”, defende.

Margarete Gandini, diretora Departamento de Indústrias de Transporte do Mdic (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços), não concorda com tanta veemência que o governo federal precise intervir com mais intensidade. “Incentivo fiscal não é um fim em si.

É política pública e, portanto, quando o objetivo é atingido, precisamos alterar o mecanismo para chegar a outras metas”, diz, defendendo que as outras esferas de governo, como estadual e municipal, também precisam trabalhar para incentivar os carros elétricos. Ela cita medidas como oferecer prioridade de estacionamento ou na circulação em algumas vias como medidas de grande impacto.

Além de ter diminuído o IPI e o Imposto de Importação, o governo federal, por meio do Mdic, trabalha ao lado da indústria automotiva no desenho de um Plano Nacional de Eletromobilidade, lembra Margarete.

A ideia é fazer um estudo completo das políticas e incentivos que o segmento de carros elétricos precisa para se desenvolver. Inicialmente a promessa era anunciar o projeto ainda neste ano, plano que já foi prorrogado para 2019. Depois de desenhar o programa, ainda vem a complicada etapa de definir quais órgãos e empresas vão, de fato, colocar ele em prática.

“O foco da política pública está sempre em promover o bem-estar para a sociedade, tudo precisa levar a isso. Não vamos fazer nada simplesmente para desenvolver o setor automotivo”, diz.

Com isso, ela lembra que, no fim das contas, o objetivo está em estimular propulsão mais limpa e barata. Segundo ela, o Inovar-Auto abriu o caminho para que o mercado de carros eletrificados comece a aparecer no Brasil. Já o Rota 2030 dá um passo além, na visão dela, e abre caminho para que as montadoras comecem a estudar a produção local.

Para a Toyota esta é uma realidade ainda distante. “Estamos na metade do processo de desenvolvimento do Prius híbrido com motor flex, que combina um propulsor elétrico e um bicomustível. Localizar é um sonho, mas antes disso precisamos de volume.” Nesse ritmo, sem definição clara de quem precisa puxar a evolução tecnológica, o mercado brasileiro de veículos elétricos avança, mas a passos lentos.

Volkswagen quer atuar no transporte compartilhado

29/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 28-08-2018)

Montadora pode implantar no Brasil sistema por vans já adotado em Hannover, na Alemanha

Durante o Workshop Planejamento Automotivo 2019, o presidente e CEO da Volkswagen América Latina, Pablo Di Si, admitiu a possibilidade de trazer para o Brasil a Moia, uma empresa do Grupo Volkswagen que atua com um programa de transporte compartilhado sobre vans, veículos de passageiros.

Desde o fim de julho deste ano a Moia opera para valer na cidade alemã de Hannover, onde circulam 150 vans acionadas por aplicativo em uma área de 90 quilômetros quadrados. Antes da implantação oficial, as vans cumpriram dez meses de testes pela cidade alemã com 35 unidades, que atraíram 3,5 mil usuários.

Agora adotado na prática, o programa tem tarifas que flutuam de acordo com a procura, dia e horário, mas custam mais que o transporte de massa e menos que o táxi. Até 2020 serão 250 vans. Aqui no Brasil, segundo a Volkswagen, as vans teriam papel semelhante, como se fossem "lotações premium".

A Moia surgiu em dezembro de 2016 para desenvolver serviços de mobilidade de forma independente ou em parceria com cidades e transportes já existentes. Segundo o Grupo Volkswagen, a intenção é torná-la uma grande prestadora de serviços de mobilidade em todo o mundo até 2025.

COMO FUNCIONA

De acordo com o Grupo VW, os passageiros acionam o serviço pelo aplicativo inserindo sua localização e destino. A partir dessas informações, o sistema então pegará os passageiros que seguem em direção similar.

Um algoritmo combina essas solicitações de trajeto, planeja a rota e calcula a duração da viagem e os horários de chegada de cada passageiro.

Fabricantes brasileiras de implementos rodoviários voltam ao Peru

29/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 28-08-2018)

Nova comitiva terá treze empresas para rodada de negócios em setembro

Uma comitiva formada por treze empresas brasileiras fabricantes de implementos rodoviários vai ao Peru participar de uma nova rodada de negócios, organizada pela Anfir, associação das fabricantes, e pela Apex-Brasil, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, como parte do MoveBrazil, Programa de Internacionalização da Indústria de Implementos Rodoviários, iniciado em 2016 e cuja primeira missão comercial foi exatamente ao Peru.

Desta vez, entre os dias 11 e 13 de setembro as empresas e potenciais clientes locais se encontrarão em Lima, capital peruana. Foram agendadas previamente 150 reuniões entre exportadores e importadores. As empresas que estarão presentes são Al-Ko, Anilag, Aspock, Metalúrgica Jano, Facchini, Forbal, Grimaldi, Hidromas, Ibiporã, Librelato, Planalto, Randon e Rossetti.

As empresas também participarão da Expomina 2018, feira internacional dedicada ao setor de mineração, que também será realizada na capital peruana entre 12 e 14 do mesmo mês. Dez fabricantes brasileiras vão expor seus produtos para o setor: Al-Ko, Anilag, Facchini, Grimaldi, Hidromas, Ibiporã, Metalúrgica Jano, Randon, Rossetti, Schwing.

"Estamos consolidando nossa imagem perante o importador local como a melhor opção para fornecimento de implementos rodoviários", afirma o diretor executivo da Anfir, Mario Rinaldi. "A iniciativa reforça a imagem da indústria brasileira como um todo no mercado internacional", conclui.

Rota 2030 é pouco inclusivo e não terá impacto no curto prazo

29/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 28-08-2018)



Letícia critica configuração do Rota por ser pouco inclusivo e não conter medidas para competitividade global (foto: Luis Prado)

Para a consultora Letícia Costa, falta considerar toda a cadeia e não só as montadoras

O **Rota 2030** vai ter um baixo impacto na indústria automotiva nacional e nenhum impacto no curto prazo. Essa é a visão defendida pela consultora e sócia-diretora da Prada Assessoria, Letícia Costa, que encerrou os trabalhos do Workshop Planejamento Automotivo 2019, realizado por **Automotive Business** na segunda-feira, 27, em São Paulo.

Para ela, uma política industrial deveria considerar toda a cadeia e da maneira como está configurada, falta inclusão ao programa, principalmente de empresas de tier one, que investem tanto quanto as montadoras.

“O governo ainda não entendeu como funciona a indústria. É um programa muito modesto, não abrange toda a cadeia. Está muito focado em montadoras. É um programa ruim? Não. Ajuda a conquistar investimentos das matrizes, mas não é o Rota 2030 que vai trazer o grande avanço”, disse Letícia.

Ela alerta para o fato de que a proposta da política industrial, que ainda está em análise pela Câmara, contempla medidas de curto prazo e que está longe de endereçar questões que deveriam fazer parte da pauta da competitividade e da inserção da indústria local no cenário global.

“O Rota 2030 continua sendo Rota 2020; há incentivos limitados para híbridos e elétricos. Quando se fala em P&D hoje, estamos falando de ultrapassar fronteiras tradicionais. Exemplo disso é que não dá para falar de mobilidade sem incluir grandes e novos players que não são tradicionais na indústria automotiva – aqui estamos falando de Google e Uber, só para citar alguns. E o Rota 2030 não inclui isso.”

Outro problema, segundo ela, é a pouca clareza sobre medidas que contemplam o setor de autopeças. “Há uma proposta de um fundo com recursos dos ex-tarifários para as autopeças, mas o problema não é tanto o valor, mas sim como ele será e se será acessado. Havia algo semelhante no Inovar-Auto, mas nunca se viu esse dinheiro”, disse.

Segundo Letícia, no médio prazo, pode-se esperar um impacto moderado, uma vez que o programa deve exigir mais equipamentos de segurança nos veículos. Já no longo prazo, a consultora alerta que alguns desafios permanecem para a indústria. Ela indica que as empresas precisam começar a planejar imediatamente qual o papel e a qual posição querem ter no novo contexto tecnológico mundial, que não é mais uma visão de futuro, mas sim uma realidade palpável.

A evolução da transformação digital potencializa essa necessidade de mudanças, provoca Letícia. Ela exemplifica que só o carro elétrico vem mudando de forma exponencial algumas áreas muito tradicionais da cadeia e a maneira como elas estão

estruturadas. Há de se considerar que montadoras não têm expertise com baterias, por exemplo, e que fornecedores de motores a combustão tendem a diminuir seu fluxo. A conectividade, por outro lado, tem trazido para a indústria um incontável número de parcerias entre montadoras e empresas especializadas em tecnologia, big data e inteligência artificial, entre outras frentes.

“O fato é que apesar de ninguém saber qual é o futuro, não se pode dar o luxo de não se mexer. Neste contexto tecnológico, a grande pergunta é ‘Quem será o dono do cliente?’ Em suma, vamos ter mudanças importantes e quem não se preparar para este tsunami de transformações, vai ficar na rabeira. E sabemos que cinco ou seis anos é um tempo muito curto para mudar o negócio.”

Cobre recua e apaga ganhos recentes, pressionado por força do dólar

29/08/2018 – Fonte: Isto É

Os contratos futuros de cobre operam em baixa, pressionados pela tendência de valorização do dólar nos negócios da manhã desta quarta-feira.

Por volta das 6h40 (de Brasília), o cobre para entrega em três meses negociado na London Metal Exchange (LME) recuava 0,67%, a US\$ 6.092,50 por tonelada, reduzindo ganhos acumulados desde o começo da semana a 0,4%.

Na Comex, a divisão de metais da bolsa mercantil de Nova York (Nymex), o cobre para dezembro caía 1,02%, a US\$ 2,7305 por libra-peso, às 7h51 (de Brasília).

O índice DXY do dólar está se fortalecendo levemente nesta manhã, o que torna o cobre menos atraente para investidores que utilizam outras moedas.

Investidores dos mercados de metais também acompanham discussões comerciais entre EUA e Canadá, que tiveram início ontem. Na segunda-feira, EUA e México anunciaram a prévia de um acordo comercial bilateral.

Entre outros metais básicos na LME, não havia direção única. No horário citado acima, o zinco tinha baixa de 0,2%, a US\$ 2.516,00 por tonelada, o alumínio subia 0,33%, a US\$ 2.140,00 por tonelada, o estanho avançava 0,18%, a US\$ 19.120,00 por tonelada, o níquel cedia 0,84%, a US\$ 13.520,00 por tonelada, e o chumbo aumentava 0,36%, a US\$ 2.083,50 por tonelada.